

# Associações profissionais de arquivistas no Brasil: enfoque político e produção técnica e científica

*Associative movement of archivists in Brazil: political focus and scientific and technical production*

**Katia Isabelli Melo (1), Gabrielly Oleari de Carvalho (2), Israel Luiz Viana Moreira (3), Suzann Crystyny Lopes de Souza (4)**

Universidade de Brasília/FCI, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Brasília - DF,  
isabelli@unb.br (1) gabriellyoleari51@gmail.com (2) isaelluizvianamoreira@gmail.com  
(3) suzann.unb@gmail.com (4)

## Resumo

O artigo analisa o movimento associativo dos arquivistas no Brasil sob duas perspectivas: o enfoque político e a produção científica nos formatos de periódicos, publicações técnicas e Anais dos eventos científicos. A pesquisa, de caráter exploratório, adota a abordagem de Souza (2011) e as contribuições de Silva e Orrico (2012 e 2015), Pupim e Madio (2013) e Melo e Cardoso (2018). Como resultados observa-se que o movimento associativo carece de associações profissionais em todos os estados da federação. Na vertente da produção técnica e científica, percebe-se um desequilíbrio em termos quantitativos decorrentes da extinção de periódicos publicados inicialmente.

**Palavras-chave:** arquivista; atuação política; produção científica.

## Abstract

The article analyzes the associative movement of archivists in Brazil from two perspectives: the political focus and scientific production in the formats of periodicals, technical publications and annals of scientific events. The exploratory research adopts the approach of Souza (2011) and the contributions of Silva and Orrico (2012 and 2015), Pupim and Madio (2013) and Melo and Cardoso (2018). As a result, it is observed that the associative movement lacks professional associations in all states of the federation. In the field of scientific production, there is an imbalance in quantitative terms resulting from the extinction of journals initially published.

**Keywords:** archivist; political action; scientific production.

## 1 INTRODUÇÃO

O papel institucional e político de uma associação profissional, expresso em seus atos normativos, ocasionalmente, extrapola as ações a serem desempenhadas. Souza (2011) salienta que as associações são compostas por três elementos que funcionam de maneira coesa sendo um ato normativo que a defina, um conjunto de representantes e, sobretudo, um corpo de associados. Uma das características fundamentais das associações consiste no papel preponderante que desenvolvem na defesa dos direitos dos seus profissionais. Ainda segundo Souza, a composição de uma associação profissional, além de ter um nome que a identifique e pessoas que componham sua direção e respondam por ela, compreende os atos normativos,

entre eles o estatuto, que faculta a personalidade jurídica, a ata de fundação e outros. Em sua estrutura administrativa se facilita às associações a composição de setores ou comissões temáticas, temporais ou não, que atendam aos interesses de seus associados e da categoria em geral. Ademais, em sua composição devem constar os sócios, pessoas que se identifiquem com os objetivos da associação e que atuem como colaboradores e não somente como espectadores. (SOUZA, 2011).

A história da arquivística, no contexto brasileiro, aponta dois grandes marcos que refletem o próprio desenvolvimento da profissão, a criação dos cursos de graduação e o reconhecimento da profissão, ocorridos na década de 1970. Na análise de Fonseca (In: SILVA, 2013), a arquivística se desenvolveu a partir de quatro conquistas: os Congressos Brasileiros de Arquivologia, a produção de literatura específica como a revista *Arquivo & Administração*, a criação do curso de formação em Arquivologia e a regulamentação da profissão de arquivista. Todos esses movimentos decorreram de ações da Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB), primeira instituição representativa da categoria.

Parte das atuações das associações possui vínculo com organismos governamentais, institucionais e com outras instituições afins e assemelhadas. Essa ação conjunta, defendida por Jaén García (2002, p. 62), indica um conagraçamento composto pelos seguintes integrantes: o sistema nacional de arquivos, as associações da área e de áreas da informação, os espaços de formação formal e os órgãos regionais e internacionais de arquivo.

No Brasil, o movimento associativo completou 50 anos em 2021, conforme registrado em pesquisa sobre o tema desenvolvida por Melo e Esteves (2021). Nesse contexto, a comunidade arquivística compôs 14 associações profissionais sendo que nem todas estão ativas e algumas apresentam páginas web desatualizadas e descontinuadas. Ressalta-se que no estado do Pará, a Associação dos Arquivistas do Pará (AAEPA) está em processo de regulamentação, o que justifica a ausência de dados precisos inseridos na pesquisa. Em complemento, a AAB, primeira entidade criada, em 1972, foi extinta em 2015 causando uma enorme lacuna na história do movimento associativo. Contudo, a pesquisa considerou a atuação política e a produção científica da AAB pela expressiva representatividade que teve, ao longo de sua existência, no campo acadêmico, científico e profissional. Congregando as associações e definido como órgão central, foi criado em 2014, o Fórum Nacional das Associações de Arquivologia do Brasil (FNArq) [1], em substituição à Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia (ENARA). O associativismo enquanto conagraçamento das associações, é representado pelo FNArq, de atuação permanente e de âmbito nacional, que atua em regime de colaboração em iniciativas de representação dos

profissionais arquivistas e da Arquivologia.

Compreendendo as associações profissionais de arquivistas como espaço de representatividade da categoria e disseminadora de conhecimento, a investigação teve-se a analisar as principais participações políticas do associativismo arquivístico brasileiro sob duas perspectivas: a defesa da categoria e a produção científica em arquivística com ênfase nos periódicos, publicações técnicas e os Anais dos eventos científicos. A investigação se insere na linha de pesquisa “Publicações científicas no âmbito arquivístico nacional: pesquisa e recuperação da informação”, vinculada ao Grupo de Pesquisa “Estudos prospectivos: formação e atuação profissional do arquivista”, certificado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## **2 METODOLOGIA**

A pesquisa, de caráter exploratório, adota como procedimento metodológico, uma revisão de literatura atendo-se na abordagem de Souza (2011) que reflete um estudo detalhado sobre o movimento associativo dos arquivistas no Brasil. Refletindo sobre as atuações políticas e as contribuições no campo científico desses coletivos, a pesquisa bibliográfica priorizou a produção de Silva e Orrico (2012 e 2015), Pupim e Madio (2013), e Melo e Cardoso (2018).

Adotou-se uma dupla abordagem sobre a representação das associações profissionais. Do ponto de vista político buscou-se registrar as ações em defesa da categoria e as respectivas conquistas ocorridas ao longo dos anos. No aspecto científico analisou-se a produção bibliográfica seriada, sobretudo os periódicos, boletins e informativos, bem como os estudos decorrentes das investigações de pesquisadores, que resultaram em publicações técnicas e científicas, e nos Anais dos eventos científicos.

## **3 ATUAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES PROFISSIONAIS NO ASPECTO POLÍTICO E CIENTÍFICO**

Geograficamente, as associações estão distribuídas na quase totalidade das regiões brasileiras. Representando a região nordeste são apontadas três associações: Associação dos Arquivistas da Bahia (AABA), Associação dos Arquivistas da Paraíba (AAPB) e Associação de Arquivistas do Estado do Ceará (ARQUIVE-CE). O centro-oeste apresenta duas associações que inserem Arquivologia na razão social, a Associação Brasileira de Arquivologia (ABARQ), criada em 1998 e atualmente desativada, e a Associação de

Arquivologia do Estado de Goiás (AAG), de 2006. Com boa representatividade, a região sudeste revela quatro associações [2]: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP), Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro (AAERJ), Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo (AARQES) e Associação Mineira de Arquivistas (AMARQ). Por fim, na região sul foram identificadas três associações, Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS), Associação dos Arquivistas do Estado do Paraná (AAPR) e Associação de Arquivistas do Estado de Santa Catarina (AAESC). O quadro 1 apresenta a cronologia do surgimento das associações, em relação às unidades da federação.

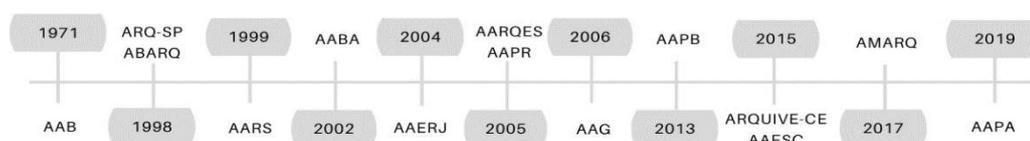
Quadro 1. Associações profissionais de arquivistas no Brasil

Unidade da Federação	Associação	Data de criação
Rio de Janeiro	AAB	20 de outubro de 1971 (extinta)
São Paulo	ARQ-SP	28 de julho de 1998
Distrito Federal	ABARQ	24 de setembro de 1998 (desativada)
Rio Grande do Sul	AARS	22 de janeiro de 1999
Bahia	AABA	20 de outubro de 2002
Rio de Janeiro	AAERJ	5 de abril de 2004
Espírito Santo	AARQES	15 de março de 2005
Paraná	AAPR	2 de julho de 2005
Goiás	AAG	19 de dezembro de 2006
Paraíba	AAPB	19 de novembro de 2013
Ceará	ARQUIVE-CE	09 de junho de 2015
Santa Catarina	AAESC	20 de outubro de 2015
Minas Gerais	AMARQ	22 de novembro de 2017
Pará	AAEPA	22 de abril de 2019 [3]

Fonte: Melo *et al.* (2022).

Observa-se um espaço temporal de 27 anos da criação da AAB até o surgimento das demais associações. Nesse período, a AAB possuía Núcleos Regionais na maioria dos estados da federação, o que foi extinto posteriormente, dando surgimento às demais associações profissionais. A linha do tempo, a seguir, revela a sequência cronológica das associações.

Figura 1. Linha do tempo da criação das associações



Fonte: Melo *et al.* (2022).

Conforme abordado por Souza (2011), a composição da maior parcela das associações decorre da atuação do corpo de profissionais arquivistas nos espaços geográficos que conta com os cursos de Arquivologia, exceção para os estados de Goiás e Ceará. Considerando que os estatutos das associações refletem similaridade, determinadas atribuições foram categorizadas em duas vertentes, atuações políticas e atuações científicas, conforme registrado a seguir.

### 3.1 Atuações políticas das associações

Devido à inexistência de um conselho federal, as associações atuam em defesa do arquivista, inclusive como órgão fiscalizador, buscando garantir o exercício profissional, a legitimidade de atuação nos espaços de trabalho, e o estabelecimento das relações com as instituições públicas das diferentes esferas governamentais e instituições privadas, conforme consta no Quadro 2.

Quadro 2. Atribuições de caráter político

Atribuições	Associações
Congregar profissionais de arquivo e de áreas afins, defendendo seus interesses.	ABARQ, ARQ-SP, AARS, AABA, AARQES, AAPR, AAG, AAPB, ARQUIVE-CE, AAESC, AMARQ
Postular, perante as autoridades e entidades competentes, sobre assuntos de interesse da Arquivologia.	ABARQ, AERJ, AAPB, AAG, ARQUIVE-CE, AAESC, AMARQ
Promover a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho arquivístico.	AAB, AARQES, AAPR, AMARQ
Colaborar com outros órgãos da classe em prol do exercício profissional.	ABARQ, AAERJ, ARQUIVE-CE, AAESC
Colaborar com o Arquivo Nacional, os arquivos estaduais e municipais, o Conselho Nacional de Arquivos, os conselhos estaduais e municipais de arquivos e demais conselhos que disponham sobre políticas de arquivo.	AAB, ABARQ, AARS, AAERJ, AARQES, AAPR, AAG, AAPB, ARQUIVE-CE, AAESC, AMARQ.
Manter intercâmbio cultural, profissional, técnico-científico e social com entidades congêneres no país e no exterior.	AAB, ABARQ, ARQ-SP, AARS, AABA, AAERJ, AARQES, AAPR, AAG, AAPB, ARQUIVE-CE, AAESC, AMARQ

Fonte: Melo *et al.* (2022).

Uma atuação de fiscalização mediada pelas associações tem ocorrido nos editais de concurso público com vagas para arquivista indicando, equivocadamente, a exigência de grau de instrução que difere da redação aplicada pela Lei n. 6.546, de 4 de julho de 1978. Nesses casos, a ação tanto das associações quanto do FNArq é manifestada aos organizadores do

certame e aos órgãos responsáveis pela contratação dos profissionais por meio de manifestação documentada [4]. Os resultados têm sido satisfatórios, ocasionando alterações dos requisitos apresentados. Com o respaldo à legislação profissional e à indicação da qualificação técnica, os concursos públicos revelam-se como instrumento de medição da visibilidade crescente do arquivista nos espaços de trabalho.

Outra manifestação ocorreu em 2015, quando o Projeto de Lei 2606/2015 apresentado pelo Deputado Federal Jorge Silva, representante do Espírito Santo, propunha considerar como arquivista, todos os profissionais graduados detentores de cursos de especialização em Arquivologia. A classe, reunida durante o XI Congresso de Arquivologia do Mercosul, realizado em Franca, SP, elaborou um manifesto, assinado pelo FNArq e demais associações profissionais de arquivistas, endereçado ao Deputado e à relatora do PL, Deputada Federal Geovania de Sá. Com argumentos elucidadores, que atestavam a defesa da categoria profissional, os arquivistas organizaram uma manifestação nas redes sociais. Uma comissão [5] composta por arquivistas, docentes e diretores de associações, reunidos com o parlamentar, apresentaram o manifesto e elencaram os motivos impeditivos para a aprovação do PL, incluindo a Lei nº 6.546/1978. Na ocasião, a comissão esclareceu aos parlamentares o trabalho fundamental exercido pelo arquivista na garantia de direitos à informação pelo cidadão, na gestão documental e preservação da memória e demais atribuições atinentes, o que resultou na retirada de pauta do PL e indicativo de arquivamento.

Um anseio da categoria profissional desde o surgimento da primeira associação é a criação do conselho profissional. A primeira proposta surgiu em 1984, por meio do Projeto de Lei nº 4.351/84, de autoria do Deputado Oly Fachin (PDS/RS) que, em 1986, apresenta o Projeto de Lei da Câmara nº 62/1986. A tramitação do PL 4351/1984 ocorre até 1986 recebendo parecer favorável e encaminhamento ao Senado Federal (SF), onde são registrados trâmites até 1990, ocasião em que foi indicado o arquivamento com base no Regimento Interno do SF, § 1º e 2º do artigo 332, que estabelece o arquivamento das proposições que se encontrem em tramitação há duas legislaturas. Novas tentativas para a criação do conselho foram apresentadas nos anos de 1990, 1995, 1997, 2001 e 2004 sem que houvesse aprovação do pleito. Em 1990 a proposta foi apresentada pelo Senador Marco Maciel (PFL/PE) através do Projeto de Lei nº 192, que tramitou no Senado, sendo arquivado com base no mesmo ato normativo. No ano seguinte, o mesmo Senador apresenta o Projeto de Lei nº 90, que tramitou até 1995, ocasião de seu arquivamento com base no Regimento Interno citado anteriormente. Em outro momento, o Senador Marco Maciel, no cargo de Vice-Presidente da República, empreendeu uma nova tentativa através da proposta encaminhada em 1995. O destino foi o

mesmo das demais propostas apresentadas, arquivamento em 1996, com base em pareceres das assessorias jurídicas do Ministério da Justiça e do Ministério do Trabalho. Mesmo com pareceres favoráveis à tese de que profissões regulamentadas necessitam de órgãos fiscalizadores às atividades, entendeu-se que não era o momento oportuno para a criação de um novo conselho profissional, pois o Poder Executivo discutia alterações na legislação que disciplinava a matéria. De fato, em 27 de maio de 1998, foi promulgada a Lei nº 9.649, que “dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências”, em que o artigo 58 trata da criação de conselhos profissionais.

Em 2001, a ABARQ, presidida pelo arquivista Euler Frank Lacerda Barros, interpretando que a promulgação da Lei nº 9.649/1998 anulava o impedimento para a criação de novos conselhos profissionais, fez as devidas adequações na proposta enviada anteriormente, sendo apresentada como o Projeto de Lei nº 5.613. Este PL tramitou na Câmara e, em 2002, recebeu parecer desfavorável do relator da Comissão do Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), deputado federal Pedro Henry (PPB/MT). O relator, apesar de reconhecer a relevância da profissão de arquivista, alegou em seu voto que seria necessário “um estudo prévio sobre o número de profissionais técnicos e com formação superior, atuantes ou não, bem como sua distribuição geográfica no território nacional, para podermos avaliar, com um mínimo de acerto, a relação custo-benefício da criação dos conselhos”. Argumentou, ainda, sobre a rejeição do PL com base na decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendera os efeitos de parte do artigo 58, da Lei nº 9.649/98, retornando ao Poder Executivo a exclusividade da iniciativa de leis que visassem a criação de conselhos profissionais. O PL foi arquivado em 2003.

No espaço temporal apresenta-se, em 2004, uma nova tentativa quando a Associação dos Arquivistas do Estado do Rio Grande do Sul (AARS) envia proposta protocolada no Ministério do Trabalho, sob o nº 46010.002118/2004-96, com outras categorias profissionais que também propunham a criação de seus respectivos conselhos (Conselhos de Arquitetos, Zootecnistas, Secretárias Executivas, Técnicos Industriais e Agrícolas). Dessa vez a proposta é arquivada por falta de definição de políticas, na Câmara de Deputados, para a criação de Conselhos Profissionais.

Mais recentemente, em 2018, a arquivista Evelise Batista Machado articulou os profissionais, docentes e estudantes de Arquivologia no Movimento ProCFARQ - CRARQ – Agora Vai, com assento na rede social WhatsApp. A participação é de forma voluntária promovendo a discussão e elaboração de um texto que consolide os anseios dos profissionais para a criação do Conselho Federal de Arquivologia.

Em junho de 2020, aconteceu a 4ª. Semana Nacional de Arquivos, evento organizado pelo Arquivo Nacional e Fundação Casa de Rui Barbosa. Inserido nesse contexto, o Grupo de Estudos Arquivísticos (GEAP), da Paraíba, teve a iniciativa de promover a Roda de Conversa “Associativismo e Conselho: empoderando a comunidade arquivística”, com debates sobre a atuação das associações e iniciativas para a criação de um Conselho Profissional.

Em 2021, um grupo [6] constituído por arquivistas com representatividade de todo o país retoma a discussão e elabora um texto complementar ao que foi elaborado pelo Movimento ProCFARQ e encaminha para o FNArq, como proposta de projeto de lei para compartilhamento e consulta pública com a comunidade arquivística.

As ações em defesa do arquivista decorrem de diversas iniciativas. Em 2019, a AARS publicou uma nota de repúdio [7] devido a uma reportagem veiculada por uma empresa de transmissão televisiva abrindo espaço para a retratação do repórter, reconhecendo a atuação do arquivista.

A visibilidade profissional, aclamada na obra de Souza (2011), tem sido percebida como um processo lento, mas vertiginoso, onde o reconhecimento do papel social do arquivista adquire uma nova dimensão. Percebe-se a inclusão do arquivista nas instituições públicas e privadas. Entretanto, salienta-se que o movimento associativo carece de espaço nos estados da federação que promovam a formação formal, facultando uma maior visibilidade e reconhecimento do arquivista.

No plano das políticas arquivísticas, desde 2001, as associações integram o Conselho Nacional de Arquivos (Conarq), que contava inicialmente somente com a contribuição da AAB, participando mais efetivamente das discussões e decisões da área no âmbito nacional (SOUZA, 2011). Atualmente, uma das atribuições do FNArq consiste em indicar um representante das associações para integrar o Conarq, conforme previsto em seu Regimento Interno (2020).

### **3.2 Atuação científica**

O caráter científico, técnico e profissional das associações, embasado em seus atos normativos, é reconhecido nas modalidades dos cursos ministrados e na promoção de eventos científicos e literatura especializada. Uma parcela dessas atuações tem sido objeto de estudo nos aspectos quantitativos e qualitativos, conforme verificado em Vilan Filho e Oliveira (2011), que analisou os artigos publicados nos periódicos científicos brasileiros de Arquivologia.

Reproduzidas com base nos estatutos das entidades, as atribuições que refletem o caráter científico das associações estão discriminadas no Quadro 3.

Quadro 3. Atribuições de caráter científico das associações de arquivistas

Atribuições	Associações
Lutar pelo ensino e pela profissionalização da Arquivologia em todos os níveis.	AAB, ABARQ, AERJ, AARQES, AAPR, ARQUIVE-CE, AAESC, AMARQ.
Organizar eventos	AAB, ABARQ, ARQ-SP, AARS, AAERJ, AABA, AARQES, AAPR, AAG, AAPB, ARQUIVE-CE, AAESC, AMARQ
Promover cursos	AAB, ABARQ, ARQ-SP, AARS, AAERJ, AABA, AARQES, AAPR, AAG, AAPB, ARQUIVE-CE, AAESC, AMARQ
Publicar e divulgar literatura da área	AAB, ABARQ, ARQ-SP, AAERJ, AABA, AARQES, AAPB, ARQUIVE-CE, AAESC, AMARQ
Estimular a pesquisa no campo da arquivologia	AAB, ABARQ, ARQ-SP, AAERJ, AABA, AAPR, AAG, AAPB, ARQUIVE-CE, AAESC, AMARQ
Contribuir para o desenvolvimento da área arquivística	AAB, ABARQ, ARQ-SP, AAERJ, AABA, AAPB, ARQUIVE-CE, AAESC, AMARQ

Fonte: Melo *et al.* (2022).

Embora as atribuições estabeleçam outras categorias de caráter científico, priorizou-se na análise, as publicações seriadas e técnicas. Esse conjunto constitui uma valiosa colaboração das associações na produção e disseminação da literatura específica em arquivística. O Quadro 4, a seguir, apresenta a sequência cronológica das publicações técnicas e científicas de quatro associações, AAB, ARQ-SP, ABARQ e AABA.

Quadro 4. Produção técnica e científica das associações profissionais

Associação	Monografias (livros, publicações seriadas, cartilhas)
AAB	<p>2008</p> <p>- SILVA, Sergio Conde de Albite. A preservação da informação arquivística governamental nas políticas públicas do Brasil.</p> <p>2012</p> <p>- SILVA, Maria Celina Soares de Mello e; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. Arquivos pessoais: história, preservação, e memória da ciência.</p> <p>2013</p> <p>- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; OLIVEIRA, Isabel Cristina Borges de. Preservação, acesso e difusão: desafios para as instituições arquivísticas no século XXI.</p> <p>- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de; SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. Diferentes olhares sobre os arquivos online: digitalização, memória e acesso.</p> <p>- MARQUES, Angélica Alves da Cunha. A arquivologia brasileira: busca por</p>

	<p>autonomía científica no campo da informação e interlocuções internacionais. 2014</p> <p>- MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. História da arquivologia no Brasil: instituições, associativismo e produção científica.</p>
AAB/Núcleo Regional de São Paulo	<p>1996</p> <p>- BELLOTTO, Heloisa; CAMARGO, Ana Maria. <i>Dicionário de Terminologia Arquivística</i>.</p>
ARQ-SP	<p>1998-2003 - Coleção seriada do projeto “Como Fazer”</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Como avaliar documentos de arquivo.</li> <li>- Como classificar e ordenar documentos de arquivo.</li> <li>- Como implantar arquivos públicos municipais.</li> <li>- Como tratar coleções de fotografias.</li> <li>- Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas.</li> <li>- Como descrever documentos de arquivo: elaboração de instrumentos de pesquisa.</li> <li>- Como fazer programas de reprodução de documentos de arquivo.</li> <li>- Como fazer análise diplomática e análise tipológica em documento de arquivo.</li> <li>- Como implantar centros de documentação.</li> <li>- Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos.</li> </ul> <p>2005- Série Thesis</p> <p>2012- Série Instrumenta</p> <p>2015 ANDRADE, Ana Célia Navarro de (org.). <i>Archivos &amp; Documentos: textos seminales</i>.</p> <p>2017- Coleção Eventus – Série iniciada em 2017 que registra os eventos promovidos pela Arq-SP.</p> <p>2019 e 2020 Obras avulsas – com duas obras publicadas.</p>
ABARQ	<p>2001</p> <p>- SANTOS, Vanderlei Batista dos; SOUZA, Katia Isabelli Melo de; CARNEIRO, Lucirene. <i>Arquivologia, 10 Anos de Universidade de Brasília</i>.</p> <p>2002</p> <p>- SANTOS, Vanderlei Batista dos. <i>Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística</i>.</p>
AABA	<p>2015</p> <p>- <i>Cartilha Arquivos &amp; Sociedade</i>. AABA e FPC/APEB.</p>

Fonte: Melo *et al.* (2022).

O extinto Núcleo Regional de São Paulo, da AAB, apresenta a primeira publicação em 1996, de autoria da Profa. Ana Maria Camargo e Profa. Heloisa Bellotto. A partir de 2008, a AAB inicia a publicação de monografias totalizando seis obras. No período de 1998 a 2003, a ARQ-SP publica a coleção seriada, Projeto Como Fazer, atualmente disponibilizada na Web para download gratuito e séries avulsas e, em 2015, uma obra em língua espanhola. A

ABARQ contribuiu com a produção científica em duas ocasiões. Em 2001, com uma publicação comemorativa aos dez anos do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília, e em 2002 com uma obra abordando os documentos eletrônicos. A AABA publicou, em 2015, uma cartilha em parceria com o Arquivo Público do Estado da Bahia.

As publicações que apresentam periodicidade, como as revistas, boletins e informativos constituem parcela do acervo institucional de cinco associações, no formato impresso. Posteriormente, a AARS, AABA e AAERJ adotam o formato eletrônico para as revistas e o informativo, o que possibilita maior visibilidade e alcance dos profissionais e interessados na área.

Quadro 5. Periódicos técnicos e científicos publicados pelas associações

Associação	Periódico	Ano de Produção	Observação
AAB	Revista Arquivo & Administração	1972-2014	Primeira edição em 1972 com quebra de periodicidade em 1982. Retomada em 1986 com paralisação definitiva em 2014, vol.13 nº1-2.
	Boletim da AAB	1991-2000	-
ABARQ	Revista Cenário Arquivístico	2002-2011	Inicia em 2002 com quebra de periodicidade em 2004. Retomada em 2011 com uma edição especial sem que ocorresse uma continuidade da publicação.
Arq-SP	Boletim online	2016-	Sem periodicidade. Disponível para <i>download</i> .
AARS	Newsletter	2010-	Destinada aos associados.
	Jornal Acesso	1999-2010	Disponível para <i>download</i> .
AABA	Boletim eletrônico	2008	Disponível para <i>download</i> .
AAERJ	Revista Informação Arquivística	2012-2017	Apresenta produção contínua de 2012 até 2017, ano em que paralisa a publicação.
	Informativo AAERJ	2004-2014	Editado desde outubro de 2004 [8]. Produção contínua de 2010 até 2014, para <i>download</i> .

Fonte: Melo *et al.* (2022).

Constata-se uma contribuição significativa da AAB, com o periódico que se transformou em ícone da área, a Revista Arquivo & Administração. Publicado inicialmente em 1972, em duas ocasiões sofreu descontinuidade. A primeira interrupção ocorreu em 1982, com retomada em 1986. A publicação do volume 13, números 1 e 2, ocorrida em 2014, marca o término do periódico, decorrente do encerramento das atividades da associação [9]. Um estudo bibliométrico de Pupim e Madio (2013) analisou 33 artigos científicos de 35 periódicos da Revista. As autoras salientam a ausência de uniformidade tanto no aspecto formal quanto de conteúdo, destacando que o surgimento do periódico não atendia,

inicialmente, o aspecto científico. Posteriormente, alguns artigos publicados se tornaram referência para o estudo teórico da arquivística, como o de autoria de Michel Duchein, “O princípio de respeito aos fundos”.

Com a proposta de se firmar como um periódico especializado na área, a Revista Cenário Arquivístico, publicada pela ABARQ no formato impresso, teve a primeira edição em 2002 e uma edição temática sobre os usuários dos arquivos no último número publicado, em 2011. Lançada como um periódico eletrônico, em 2012, a revista Informação Arquivística produzida pela AAERJ, publicou o último número em 2017. Anterior à revista, o Informativo AAERJ tornou-se o instrumento de divulgação dos eventos da área e das ações da Associação. Na página da associação, os exemplares do período de 2010 a 2014 estão disponíveis para download. No contexto da capacitação profissional, as associações têm realizado grandes feitos. A Arq-SP oferece cursos de curta duração e a AAPB realiza a oficina Sempre às Sextas que conta com profissionais convidados além da Oficina Melhores Práticas, voltada para a ministração de cursos.

No campo científico incluem-se as contribuições relevantes dos eventos protagonizados pelas associações profissionais, Congresso Brasileiro de Arquivologia (CBA), promovido pela AAB, e Congresso Nacional de Arquivologia (CNA), organizado inicialmente pela ABARQ, com apoio do curso de Arquivologia da Universidade de Brasília. Na sequência, as associações profissionais que surgiram posteriormente estiveram à frente das demais edições do CNA. Os congressos, como espaço de discursividade, constituem o ambiente propício para a difusão do conhecimento arquivístico resultante das investigações realizadas nos ambientes acadêmico e profissional.

A investigação de Melo e Cardoso, em 2018, analisou o protagonismo do arquivista nas palestras e comunicações livres apresentadas nas edições dos CBA e CNA. No estudo foram identificadas 17 edições do CBA sendo a primeira em 1972. Inicialmente, adotou-se a periodicidade bienal para a realização do evento. Entretanto, a quarta edição ocorreu em 1979, três anos após a terceira. O mesmo espaço temporal foi aplicado para a realização da quarta edição, em 1982. A sexta edição cumpriu um prazo maior para a realização, quatro anos, ocorrendo em 1986. Dois anos após ocorre a sétima edição retomando a periodicidade bienal. Após a XIII edição, em 2000, o CBA retoma a continuidade em 2006 novamente com realização bienal até 2012, quando ocorre o último evento. Em complemento, na mesma pesquisa, as autoras identificaram oito edições do CNA. Diferindo do CBA, em que a AAB promoveu todas as edições, no CNA as associações promotoras adotam um escalonamento. Essa condução permite que os eventos ocorram em localidades distintas obedecendo à

periodicidade bienal desde a primeira edição, ocorrida em 2004. O estado do Rio Grande do Sul, por duas edições, sediou o CNA. A segunda edição ocorreu em Porto Alegre, em 2006, e a sexta edição, em 2014, foi realizada em Santa Maria.

O CNA é um evento promovido, exclusivamente, por uma associação profissional de arquivistas recebendo o apoio dos cursos de Arquivologia, de instituições de fomento à pesquisa e instituições parceiras. A IX edição do CNA, ocorreria em outubro de 2020, na cidade de Londrina. Posteriormente foi transferida para o Rio de Janeiro e cancelada devido à pandemia de COVID-19. O retorno e a concretização do evento ocorre em 2022, na cidade de Florianópolis, como promoção da AAESC.

É inegável o papel institucional e político que as associações promovem para a comunidade arquivística. No período da pandemia de COVID-19, que se estende desde 2020, as associações estão redescobrimo modelos de aproximação com a comunidade arquivística, adotando novos formatos inseridos nas plataformas digitais com a realização de *lives*, *webinários*, rodas de conversa, oficinas e cursos. O diálogo com a categoria permanece aberto.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No cenário nacional, as associações desenvolvem ações em defesa da categoria arquivística promovendo a formação continuada, contribuindo para a capacitação profissional tanto de arquivistas quanto daqueles que buscam uma maior integração com a área. A profissão, com mais de quarenta anos de reconhecimento legal, conta com arquivistas nas esferas dos poderes executivo, legislativo e judiciário, bem como na iniciativa privada com indicativo de visibilidade ascendente. Entretanto, algumas inquietudes persistem. O movimento associativo está ausente de um dos estados da federação que promove o curso de Arquivologia, o Amazonas e carecendo da implantação definitiva da AAPA, no Pará. A suspensão das revistas especializadas em arquivística, devido à extinção e paralisação das atividades de algumas associações, provocou um desequilíbrio em termos quantitativos e qualitativos da produção científica. Em 50 anos do surgimento da primeira associação de arquivistas no Brasil, a comunidade arquivística tem demonstrado pouco engajamento com o movimento ocasionando a paralisação de alguns desses espaços.

Analisando o movimento associativo dos arquivistas sob o ponto de vista político e institucional, constata-se a luta em defesa da profissão, da promoção de sua visibilidade e de seu espaço de atuação. Em complemento, do ponto de vista científico, a contribuição do

movimento associativo se manifesta na luta pelo ensino da arquivologia, desde o surgimento da primeira associação, pelo estímulo à pesquisa e reconhecimento como área específica, e pela promoção de eventos e cursos. Compreende-se que as associações profissionais contribuíram significativamente para a criação da identidade do arquivista possibilitando que alçassem a voz nos espaços de trabalho, na academia, na sociedade. Contudo, ainda falta a voz da coletividade representada pelo Conselho Profissional que, no momento, se apresenta como um anseio da categoria.

### Notas

[1] O Regimento do FNArq está em fase de atualização e aprovação. Para maiores informações, consultar o perfil na rede social Facebook:

[https://www.facebook.com/pg/FNArquivologia/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/FNArquivologia/about/?ref=page_internal)

[2] Até o ano de 2015, a região sudeste contava com a AAB, que foi extinta em 4 de fevereiro.

[3] Conforme consta no Estatuto da AAPA, o documento foi aprovado em 30 de outubro de 2018, sendo revisto e aprovado em nova Assembleia Geral Extraordinária.

[4] O FNArq elaborou um modelo de carta para concursos públicos que apresentem incongruência no edital. O documento pode ser encaminhado por profissionais arquivistas ou pelas associações que os representam.

[5] Compondo a comissão os arquivistas Bruno Menezes, Rivaldo Cadete, Tânia Moura (ABARQ), Débora Flores, diretora do FNArq, a Profa. Katia Isabelli Melo (Arquivologia/UnB) e Carolina Bueno, discente do curso de Arquivologia/UnB.

[6] O grupo conta com a participação da Profa. Katia Isabelli Melo (UnB), Rita de Cássia São Paio de Azeredo Esteves (Dataprev), Evelise Batista Machado (arquivista), Prof. Welder Antônio Silva (UFMG), Prof. Francisco Cougo (UFES), Profa. Clara Kurtz (FNArq), Wagner Ramos Ridolphi (FNArq), Profa. Renata Lira Furtado (UFPA), Prof. Roberto Lopes dos Santos Junior (UFPA), Vanderlei Batista dos Santos (Câmara dos Deputados), Renato Motta da Silva (Arquifes) e Gabriela Garcia (representante do Poder Judiciário).

[7] A página da Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul disponibiliza a nota em sua página. Ver <https://www.aargs.com.br/nota-de-repudio/>

[8] Informação registrada na página da AAERJ.

[9] A coleção digitalizada está disponível para download no Portal do Arquivo Nacional e na Base de Dados em Arquivística (BDA).

### REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DA BAHIA. Nota do Fórum Nacional das Associações de Arquivologia – FNArq sobre o PL 2606/2015. São Paulo. 22 out. 2015. Disponível em <http://www.arquivistasbahia.org/2015/10/22/nota-do-forum-nacional-das-associacoes-de-arquivologia-fnarq-sobre-a-pl-26062015/>. Acesso em: 22 jan. 2022.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Nota de repúdio. Porto Alegre, 14 nov. 2019. Disponível em: <https://www.aargs.com.br/nota-de-repudio/>. Acesso em: 16 jan. 2022.

BOTTINO, M. **O legado dos congressos brasileiros de arquivologia (1972-2000)**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. 302 p.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 2606/2015, de autoria do Deputado Federal Jorge Silva – PROS/ES**. Altera a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências, para permitir o exercício da atividade aos profissionais graduados em áreas afins com especialização em arquivologia. Brasília, 12 de agosto de 2015. Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1618279>. Acesso em 22 jan. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei 7920/2017, de autoria do Senado Federal - Magno Malta - PR/ES. Altera a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), a Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, e a Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para dispor sobre a digitalização de documentos. Brasília, 20 de junho de 2017. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2142105>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BRASIL. **Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978**. Dispõe sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de Técnico de Arquivo, e dá outras providências.

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq). Grupo de Pesquisa “Estudos prospectivos: formação e atuação profissional do arquivista”. Brasília, 2020. Disponível em [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1914242739014304](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/1914242739014304)

FÓRUM NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL (FNArq). Atribuições. Perfil na rede social Facebook. Disponível em [https://www.facebook.com/pg/FNArquivologia/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/FNArquivologia/about/?ref=page_internal). Acesso em: 11 jan. 2022.

JAÉN GARCÍA, Luis Fernando. Las asociaciones profesionales de archiveros. **Revista del Archivo Nacional**, San Jose, v. 66, n. 1-12. p. 49-69, 2002. Disponível em: <http://www.dgan.go.cr/ran/index.php/RAN/article/view/230>. Acesso em: 01 fev. 2022.

LIMA, E. dos S.; PEDRAZZI, F. K. Formação, atuação, regulamentação e associativismo profissional do arquivista brasileiro. **Revista Sociais & Humanas**, Santa Maria, v. 28, n. 01, p. 27-45, jan./abr. 2015.

- MELO, K. I.; CARDOSO, A. da C. Arquivista como protagonista nos eventos científicos: uma análise dos congressos de Arquivologia no Brasil. **Páginas a&b**, Lisboa. Série 3, nº 10, p. 71-91, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/21836671/pag10a6>. Acesso em: 01 fev. 2022.
- MELO, K. I.; ESTEVES, R. de C. S. P. de A. Memória do movimento associativo de arquivistas no Brasil. *In*: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS: Arquivo, documento e informação em cenários híbridos, 8., 2021, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: Eventus, 2021. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/simposiointernacionaldearquivos/292421-memoria-do-movimento-associativo-de-arquivistas-no-brasil/>
- PUPIM, E. K.; MADIO, T. C. de C. Periódico Arquivo & Administração: reflexões a partir de uma análise métrica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., Florianópolis. **Anais [...]**. 2013. Disponível em <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/view/4565/3688>. Acesso em: 22 jan. 2022.
- SILVA, E. P. da; ORRICO, E. G. D. O projeto da Associação dos Arquivistas Brasileiros para o campo arquivístico. **Perspect. ciênc. inf.**, Belo Horizonte, v. 20, n. 3, p. 85-100, jul./set. 2015. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1916>. Acesso em: 29 jan. 2022.
- SILVA, E. P.; ORRICO, E. G. D. Associação de arquivistas no Brasil na década de 1970. *Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação*, Brasília, v. 5, n. 1-2, p. 93-109, 2012. Disponível em: <http://periodicos.unb.br/ojs311/index.php/RICI/article/view/1735>. Acesso em: 22 jan. 2022.
- SILVA, E. P. da. **Memória e discurso do Movimento Associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**. 2013. 133 f. Tese (Doutorado em Memória Social). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12357>. Acesso em: 01 fev. 2022.
- SOUZA, K. I. M. de. **Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 252 p., 2011.
- VILAN FILHO, J. L; OLIVEIRA, E. B. A produção de artigos nos periódicos científicos brasileiros de Arquivologia (1972-2006). **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 4, n. 2, p. 82-93, ago./dez.2011.